

SOCIEDADES

Crise faz crescer actividade na área do Direito Laboral



Carmo Sousa Machado | "Há diversas solicitações no âmbito de reestruturações de empresas"



Luís Miguel Monteiro | "Verifica-se número apreciável de extinções de postos de trabalho"



Miguel Kock Rua | "Sente-se uma preocupação das empresas com a contenção de custos"

Fotos: Brane Carvahelm

Há quem chame ao Direito Laboral o "barómetro da situação económica do País". A julgar pelo aumento do tipo de actividade no sector, a situação está longe de ser boa

João Maltez
jmaltez@mediain.pt

Reestruturações de empresas, despedimentos colectivos ou contenções de custos salariais. Este rol de acontecimentos é reflexo directo da crise que varre o País, mas também sinónimo de mais trabalho para as firmas de advogados. Nos maiores escritórios nacionais as operações na área do Direito Laboral aumentaram e, dizem os responsáveis por estes sectores, a tendência de crescimento mantêm-se.

"Esta área do Direito funciona muitas vezes como barómetro da situação económica do País, já que o tipo de trabalho que vai sendo solicitado nesta área pode variar bastante, de acordo com a saúde financeira das empresas e com as expectativas de evolução dos respectivos mercados", diz Miguel Kock Rua, da Rui Pena, Arnaud & Associados.

Pese embora admita que na sociedade a que está ligado não houve um acréscimo de solicitações para processos de redução de efectivos, sublinha que "começa a sentir-se uma preocupação generalizada das

empresas com a contenção de custos, designadamente os relativos a salários e 'fringe benefits'".

Aumento contínuo da actividade

O responsável pelo Departamento de Direito do Trabalho da Simmons & Simmons Rebelo de Sousa, César Sá Esteves, sustenta que a firma na sua área de prática tem registado "um aumento contínuo e acentuado" da actividade desde há dois ou três anos. Isto, devido ao "elevado número de reestruturações, mas também em resultado da maior consciência das empresas para a necessidade do cumprimento rigoroso das obrigações laborais".

Maria da Glória Leitão, sócia da Gonçalves Pereira, Castelo Branco e Associados, partilha de idêntica opinião. Segundo afirma, "tem-se notado um incremento de reestruturações, pela via da negociação amigável ou por recurso ao despedimento colectivo, mas também se nota a solicitação de assessoria relacionada com um melhor aproveitamento dos recursos humanos".

Nos últimos anos, também o grupo de Direito do Trabalho da

MLGTS tem vindo a ser solicitado para "assessorar as empresas em processos de reestruturação impostos pela actual fase do ciclo económico", sustenta Luís Miguel Monteiro, que lidera esta área de prática na sociedade. "Verifica-se número apreciável de procedimentos de despedimento colectivo e de extinções de postos de trabalho. É expectável que esta tendência se mantenha nos próximos tempos", sublinha.

A chamada advocacia preventiva

Tiago Cortes, sócio da Área de Laboral de PLMJ sustenta, pelo seu lado, que o escritório de que faz parte "tem sido relativamente insensível a momentos de maior ou menor expansão da economia", o que se deve, segundo diz, "a uma forte componente de assessoria regular aos clientes".

O primeiro semestre de 2008 aponta no sentido do aumento da actividade na área de Direito do Trabalho no escritório da Abreu Advogados, enfatiza Carmo Sousa Machado.

Segundo a mesma jurista, "a assessoria jurídica corrente mantém-se estável com tendência de crescimento, já que é cada vez mais uma realidade a advocacia preventiva, havendo também diversas solicitações no âmbito de reestruturações de empresas".

Por seu turno, Frederico Gonçalves Pereira, sócio da Vieira de Almeida, sustenta que "os processos de reestruturação empresarial com cessação de contratos de trabalho tem vindo a sentir-se de forma significativa no último ano e mais agudamente nos últimos seis meses". Isto, dado sintomático, nos mais diversos sectores da actividade económica.